



Galvão Participações S/A – Em recuperação judicial

**Relatório da administração 2019 e
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019**

Relatório da Administração
Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

Ajustes recorrentes

Em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial, a Controlada CEOS Administradora de Bens S/A, constituída para administrar os bens dados em garantia aos credores e respectivos passivos concursais, corrigiu os valores das Debêntures e Notas Promissórias de acordo com a variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Ampliado), conforme previsto no PRJ, gerando como consequência despesa financeira gráfica anual, sem efeito no caixa. Por outro lado, a CEOS Administradora de Bens S/A possui valores a receber Judicializados, dados em garantia aos credores, em montantes superiores ao passivo, sendo que por força de regra contábil esses valores a receber não podem sofrer correções, gerando assim resultados negativos na Controlada e, por consequência, a aplicação do método de Equivalência Patrimonial acaba por reduzir o Resultado e o Patrimônio Líquido da Controladora, sem que esse tenha efeito no caixa.

Ajustes não recorrentes

Excepcionalmente, neste exercício, o Resultado e o EBTIDA de sua investida Galvão Engenharia S/A - em recuperação judicial foi impactado (negativamente) por ajustes, sem efeito caixa, relativos à receita reconhecida pelo método do POC (Percentage of Compliance) no montante de 14,2 milhões.

A Companhia, com o objetivo de melhor demonstrar os pontos acima mencionados, apresenta o quadro abaixo com os efeitos em seus resultados relativos aos ajustes recorrentes e não recorrentes:

Relatório da Administração

Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

Demonstração do Resultado e Patrimônio Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 com os efeitos dos ajustes.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado do exercício	<u>(21.443)</u>	<u>(82.971)</u>	<u>(21.443)</u>	<u>(82.971)</u>
Ajuste CEOS Administradora de Bens -Correção do Passivo	65.074	51.078	65.074	51.078
Ajuste (POC) Galvão Engenharia S/A	14.261		14.261	
Resultado do exercício - Ajustado	<u>57.892</u>	<u>(31.893)</u>	<u>57.892</u>	<u>(31.893)</u>
Patrimônio líquido (ajustado)				
Capital social	315.804	315.804	315.804	315.804
Prejuízos acumulados	<u>(302.060)</u>	<u>(280.617)</u>	<u>(302.060)</u>	<u>(280.617)</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>13.744</u>	<u>35.187</u>	<u>13.744</u>	<u>35.187</u>
Efeitos CEOS Administradora de Bens	<u>130.872</u>	<u>65.798</u>	<u>130.872</u>	<u>65.798</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores (ajustado)	<u>144.616</u>	<u>100.985</u>	<u>144.616</u>	<u>100.985</u>
Aumento no PL de 43,2%	143,2%	100%	143,2%	100%

Os ajustes decorrentes da obrigação de corrigir as Debêntures e as Notas Promissórias pelo IPCA, em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial, impactaram (negativamente) o resultado da Investidora Galvão Participações S/A, no montante de 65,0 milhões no exercício de 2019 e 51,0 milhões no exercício de 2018. Por sua vez, o ajuste do POC (Percentage of Compliance) impactou (negativamente) no exercício de 2019, no montante de 14,2 milhões. Dessa forma, os resultados ajustados dos exercícios de 2019 e 2018 são de 57,9 milhões e (31,9) milhões, respectivamente. No Patrimônio Líquido, as despesas financeiras decorrentes da correção do passivo (Debêntures e Notas Promissórias) da Investida Ceos Administradora de Bens S/A, desde a data de homologação do Plano de Recuperação Judicial, em 2015, impactaram (negativamente) no montante de 130,8 milhões. Efetuados os ajustes mencionados, observa-se que o Patrimônio Líquido da Companhia no final de exercício de 2019 é de 144,6 milhões e, quando comparado com o final do exercício de 2018, verifica-se um aumento em função dos seus resultados operacionais no montante de 43,6 milhões, registrando um aumento percentual de 43,2% em seu Patrimônio Líquido na comparação dos exercícios 2018-2019.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Approach Auditores Independentes SS é contratada pela Empresa para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras. Declaramos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não nos prestou quaisquer outros serviços que possam afetar a sua independência profissional.

São Paulo, 27 de março de 2020.

A Diretoria.

Galvão Participações S.A. **– em Recuperação Judicial**

**Demonstrações contábeis referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2019
e relatórios dos auditores independentes**

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos conselheiros e acionistas da
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base opinião com ressalva

Em 25 de março de 2015 a Companhia iniciou Processo de Recuperação Judicial conforme descrito na nota explicativa nº 16. O Objetivo desta iniciativa é proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional seus credores, bem como retomar sua rentabilidade operacional. Devido à crise financeira gerou-se uma incerteza quanto à capacidade operacional de suas atividades.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

27 de março de 2020

Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Companhia foi notificada em maio de 2015, pelo Ministério Público Federal, da existência de ação civil pública proposta contra si e sua controlada Galvão Engenharia S/A e três de seus ex-executivos, com o pedido de indenização por supostas irregularidades na contratação de serviços da Petrobras. Em 2016, a Companhia, voltou a ser notificada, dessa vez pela Advocacia Geral da União, da existência de ação cível pública proposta contra si, sua controlada Galvão Engenharia S/A e três de seus ex-executivos, bem como contra outras empresas que mantiveram consórcio na Petrobrás, desta vez com pedido de ressarcimento e multa por suposto sobrepreço nos contratos celebrados com a Petrobrás. Estas ações, de igual modo, ainda estão em trâmite junto à Justiça Federal e até o momento não há resolução de mérito.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas.

Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

27 de março de 2020

Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

27 de março de 2020

Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

Presidente Prudente, 27 de março de 2020.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0



Leandro Antonio Marini Pires
Sócio - Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4		1	24.975	34.720
Contas a receber e outros recebíveis	5	96.764	96.764	2.567.163	2.561.446
Estoques				115.095	119.020
Impostos e contribuições a recuperar		1.528	1.539	40.841	44.814
Adiantamentos a fornecedores		1.070	2.670	51.180	106.154
Despesas antecipadas				1.414	864
Total do ativo circulante		99.362	100.974	2.800.668	2.867.018
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	5	22.959	27.087	68.256	39.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos				37.256	47.123
Permanente					
Investimentos	6	909.463	1.057.041	16	154.475
Imobilizado	7			67.312	75.655
Intangível	8			154.222	154.810
Total do ativo não circulante		932.422	1.084.128	327.062	471.411
Total do ativo		1.031.784	1.185.102	3.127.730	3.338.429

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		94.242	96.127	109.664	89.476
Empréstimos e financiamentos	9			8.363	9.491
Provisões e encargos trabalhistas		13	13	13.572	14.922
Obrigações fiscais		8	8	27.863	31.184
Adiantamento de cliente				4.360	51.013
Total do passivo circulante		94.263	96.148	163.822	196.086
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		792.905	987.970	426.844	492.407
Empréstimos e financiamentos	9			11.747	14.134
Debêntures	10			1.409.597	1.480.905
Obrigações fiscais				225.063	225.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos				304.953	304.953
Provisão para contingências	11			55.622	73.350
Provisão para perdas em investimentos	6	130.872	65.797	6.837	6.837
Adiantamento de cliente				508.694	508.694
Total do passivo não circulante		923.777	1.053.767	2.949.357	3.106.350
Patrimônio líquido					
Capital social	14	315.804	315.804	315.804	315.804
Prejuízos acumulados		(302.060)	(280.617)	(302.060)	(280.617)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		13.744	35.187	13.744	35.187
Participação de não controladores				807	806
Total do patrimônio líquido		13.744	35.187	14.551	35.993
Total do passivo e patrimônio líquido		1.031.784	1.185.102	3.127.730	3.338.429

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida				196.613	160.765
Custo dos serviços prestados			(7)	(162.781)	(168.082)
Lucro (prejuízo) bruto			(7)	33.832	(7.317)
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(6.589)	(4.114)	(41.845)	(21.028)
Outras receitas (despesas) líquidas		45.644	(1)	50.862	(2.359)
		39.055	(4.115)	9.017	(23.387)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		39.055	(4.122)	42.849	(30.704)
Receitas financeiras		350	10	8.178	4.963
Despesas financeiras		(1.330)	(4)	(64.372)	(70.610)
Despesa financeiras líquidas		(980)	6	(56.194)	(65.647)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	6	(59.518)	(81.901)	1.759	(26.287)
Resultado antes dos impostos		(21.443)	(86.017)	(11.586)	(122.638)
Imposto de renda e contribuição social corrente					26.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos			3.046	(9.857)	13.426
Resultado do exercício		(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)
Acionistas não controladores					
Resultado do exercício		(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)
Resultado abrangente total	(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)
Acionistas não controladores			-	-
Resultado abrangente total	(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Capital social				Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Subscrito e integralizado	Prejuízos Acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	330.312	(14.508)	315.804	(197.646)	118.158	369	118.527
Alienação de investimentos						437	437
Resultado do exercício				(82.971)	(82.971)		(82.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>330.312</u>	<u>(14.508)</u>	<u>315.804</u>	<u>(280.617)</u>	<u>35.187</u>	<u>806</u>	<u>35.993</u>
Alienação de investimentos						1	1
Resultado do exercício				(21.443)	(21.443)		(21.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>330.312</u>	<u>(14.508)</u>	<u>315.804</u>	<u>(302.060)</u>	<u>13.744</u>	<u>807</u>	<u>14.551</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(21.443)	(82.971)	(21.443)	(82.971)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			2.392	(1.202)
Depreciação e amortização			5.612	8.841
Baixa de imobilizado e intangível			(5.211)	2.359
Resultado da equivalência patrimonial	59.518	81.901	(1.759)	26.287
Provisão para contingências			(17.728)	(5.372)
Impostos de renda e contribuição social diferidos		(3.046)	9.857	(13.426)
Imposto de renda e contribuição social provisionados				26.241
	38.075	(4.116)	(28.280)	(39.243)
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Outros investimentos				
Contas a receber e outros recebíveis	4.128	(5.099)	(37.017)	6.775
Estoques			3.925	2.124
Impostos e contribuições a recuperar	11	113	3.973	19.321
Adiantamentos a fornecedores	1.600	(2.448)	54.974	3.565
Despesas antecipadas			(550)	443
Imposto de renda e contribuição social diferidos			10	(51.824)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	(196.950)	169.737	(45.375)	(11.816)
Provisões e encargos trabalhistas			(1.350)	431
Obrigações fiscais		2	(3.328)	(7.457)
Adiantamento de cliente			(46.653)	(11.150)
Provisão para perdas em investimentos	65.075	51.079		
Caixa líquido das atividades operacionais	(88.061)	209.268	(99.671)	(88.831)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	88.060	(209.274)	156.218	2.152
Imobilizado	-	7	7.943	37.116
Intangível			588	3.294
Caixa líquido das atividades investimento	88.060	(209.267)	164.748	42.562
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos			(3.515)	(10.112)
Debêntures - amortização			(123.837)	
Debêntures - correção			52.529	53.486
Aquisição de participação de não controladores			1	417
Caixa líquido das atividades investimento			(74.822)	43.791
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1)	1	(9.745)	(2.478)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1		34.720	37.198
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1	24.975	34.720
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	(1)	1	(9.745)	(2.478)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”) tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista.

A Companhia denominada a holding do “Grupo Galvão”, em conjunto com suas empresas controladas, está organizada para atuar nos segmentos de infraestrutura, saneamento, energia renovável, óleo e gás e serviços financeiros e ferrovias.

O Grupo Galvão é, portanto, um conglomerado privado que possui investimentos em um portfólio de negócios.

a) Entidades da controladora

As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nas empresas a seguir relacionadas:

Controladas / Coligadas	País	Controle	2019	2018
			Participação	Participação
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Indireto	99,99%	99,99%
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda (i)	Brasil	Indireto	33,33%	33,33%
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	Peru	Indireto	100,00%	100,00%
Galvão Concessões Rodoviárias Participações S.A.	Brasil	Indireto		100,00%
Galvão Energia Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
São Domingos Geração SPE S.A.	Brasil	Indireto	99,99%	88,26%
Dreen Mundo Novo Geração SPE S.A.	Brasil	Indireto	99,99%	90,87%
Iguá Fundo de Investimentos e Participações	Brasil	Indireto		37,44%
Galvão Óleo & Gás Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Ceos Administradora de Bens S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Engibras Engenharia S.A	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Eneplan Engenharia S.A	Brasil		100,00%	100,00%

2 BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2020.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 3.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

c) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4 (a) – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida e a classificação de negócios em conjunto; e
- Nota explicativa 4 (m) – classificação de arrendamento mercantil.

d) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – realização das contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 7 – vida útil do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 8 – vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão; e

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

- Nota explicativa nº 11 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O valor justo que é determinado para passivos financeiros, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

f) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data em que o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores nas adquiridas pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

(iii) Controladas

O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos controlados em conjunto são contabilizados por meio do método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre entidades do Grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação em cada investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

b) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Prestação de serviços

O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados.

(iii) Contratos de construção

A receita dos contratos de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Variação cambial;
- Descontos obtidos e concedidos;
- Tarifas bancárias; e
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações e as diferenças resultantes são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

e) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

h) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pela vida útil estimada do bem já que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Equipamento de campo	17 anos
• Veículos	17 anos
• Instalações	17 anos
• Equipamentos especiais	11 anos
• Edificações	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

(iii) Amortização

Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e não reconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

A administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes da provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados aos contratos.

m) Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo de arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos		1	7.287	5.074
Aplicações financeiras			17.688	29.646
		1	24.975	34.720

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 CONTAS A RECEBER E OUTROS RECEBÍVEIS

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Construção				2.532.818	2.497.193
Partes relacionadas - operações mensais	5	22.959	27.087		
Partes relacionadas - empréstimos a receber	5			2.435	2.435
Outras contas		96.764	96.764	100.166	101.166
		119.723	123.851	2.635.419	2.600.794
Ativo circulante		96.764	96.764	2.567.163	2.561.446
Ativo não circulante		22.959	27.087	68.256	39.348

6 INVESTIMENTOS

A Companhia registrou uma perda de R\$ 59.518 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$ 81.901) de equivalência patrimonial de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. O Grupo registrou um ganho de R\$ 1.759 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (e uma perda em 2018 de R\$ 26.287 de equivalência patrimonial de seus empreendimentos controlados em conjunto).

Os resultados acima foram impactados por despesas financeiras sem efeito no caixa de 62.760 em 2019 (68.709 em 2018), decorrente de atualização de passivo da controlada Ceos

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

Administradora de Bem S/A por força do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Nenhuma das controladas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

a) Composição dos investimentos – controladora

	Controladora	
	2019	2018
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153	42.172	43.657
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153 - investimento por ágio (i)	7.926	7.926
Engibras Engenharia S.A	132.685	132.728
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	569.460	560.205
Galvão Energia Participações S.A.	840	444
Eneplan Engenharia S.A	156.380	157.620
Iguá Fundo de Investimento e Participações		154.461
Total	909.463	1.057.041

(i) O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos (direito de exploração de concessões). Nas demonstrações financeiras consolidadas, esses valores foram reclassificados para o grupo de intangível.

b) Provisão para perdas em investimentos – controladora

	Controladora	
	2019	2018
Ceos Administradora de Bens	130.872	65.797
Total	130.872	65.797

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

7 IMOBILIZADO

Consolidado	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações
Custo						
Saldo em 01 de janeiro de 2018	127.101	23.688	22.184	89.476	65.213	37.404
Adições	596	1	6	100	14.495	
Baixas	(24.835)	(2.474)	(9.916)	(69.768)	(29.317)	(22.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	102.862	21.215	12.274	19.808	50.391	15.038
Adições		30				18
Baixas	(22.615)	(1.864)	(736)			(3.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	80.247	19.381	11.538	19.808	50.391	11.091

Consolidado	Equipamentos	Edificações	Terrenos	Adiantamentos	Total	
Custo						
Saldo em 01 de janeiro de 2018		5.732	3.759	1.449	1.172	377.179
Adições						15.198
Baixas	(3.740)				(1.172)	(163.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.992	3.759	1.449			228.789
Adições						48
Baixas						(29.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.992	3.759	1.449			199.657

Depreciação	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(88.471)	(12.410)	(10.983)	(40.261)	(55.529)	(36.379)
Adições	(6.407)	(459)	(554)	(7.209)	(19.168)	(1.675)
Baixas	22.369	773	7.973	40.570	33.692	23.766
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(72.509)	(12.096)	(3.564)	(6.900)	(41.005)	(14.288)
Adições	(3.058)	(898)	(87)	(819)	(1.295)	(29)
Baixas	23.095	516	427	1	44	3.226
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(52.472)	(12.478)	(3.224)	(7.718)	(42.256)	(11.091)

Depreciação	Equipamentos	Edificações	Terrenos	Adiantamentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(5.607)	(3.568)			(253.207)
Adições	(724)	(2)			(36.198)
Baixas	7.129				136.272
Saldo em 31 de dezembro de 2018	798	(3.570)			(153.133)
Adições	(567)				(6.753)
Baixas	232				27.541
Saldo em 31 de dezembro de 2019	463	(3.570)			(132.345)

Valor contábil líquido	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações
Em 31 de dezembro de 2018	30.353	9.120	8.711	12.908	9.386	750
Em 31 de dezembro de 2019	27.775	6.904	8.315	12.090	8.135	1

Valor contábil líquido	Equipamentos	Edificações	Terrenos	Adiantamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2018	2.790	189	1.449		75.655
Em 31 de dezembro de 2019	2.455	189	1.449		67.312

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

a) Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8 INTANGÍVEL

Consolidado	Software	Desenvolvimento de Projetos	Obras em Andamentos	Ágio	Marcas e Patentes	Total
Custo						
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.361	939	124.311	7.926	24.855	162.392
Adição					2.840	2.840
Baixas		(136)	(5.774)			(5.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.361	803	118.537	7.926	27.695	159.322
Adição						
Baixas			(741)			(741)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.361	803	117.797	7.926	27.695	158.582
Amortização						
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(4.214)				(74)	(4.288)
Adição	(145)				(79)	(224)
Baixa						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.359)				(153)	(4.512)
Adição					153	153
Baixa						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.359)					(4.359)
Valor líquido contábil						
Em 31 de dezembro de 2018	2	803	118.537	7.926	27.542	154.810
Em 31 de dezembro de 2019	2	803	117.797	7.926	27.695	154.222

9 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Linha de Crédito	Indexador	Juros		Controladora		Consolidado	
		médios a.a (%)	Vencimento	2019	2018	2019	2018
Cédula de crédito bancário	CDI	18,48	2020				1.610
Finame	TJLP	5,40	de 2015 a 2025			20.110	22.015
Total						20.110	23.625
Passivo circulante						8.363	9.491
Passivo não circulante						11.747	14.134

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

10 DEBÊNTURES

Esta nota explicativa contém informações sobre os termos contratuais das debêntures, que foram emitidas em função do Plano de Recuperação Judicial, por intermédio da controlada Ceos Administradora de Bens S/A, lastreadas nos ativos dados em garantia aos credores (contas a receber e investimentos).

Linha de Crédito	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Debêntures	IPCA	2045			1.409.597	1.480.905
Total					1.409.597	1.480.905
Passivo circulante						
Passivo não circulante					1.409.597	1.480.905

11 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Grupo classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo.

O Grupo considera existir riscos efetivos de natureza cível e trabalhista classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R\$ 55.622 em 31 de dezembro de 2018 (2018 - R\$ 73.350).

Também considerado pela Companhia, em conformidade com laudos técnicos, contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis da empresa, de natureza cível, avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, o montante de R\$ 623.069 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$ 489.856), sendo que 620.701, de 2019 e 486.819 de 2018, por se tratar de débitos contraídos antes do pedido de recuperação Judicial, portanto de competência anterior ao pedido, são débitos de natureza concursal que serão pagos com os ativos dados em garantia pela companhia aos credores na forma do Plano de Recuperação Judicial, sem comprometimento do fluxo de caixa futuro da companhia. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não contratou operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

13 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Controladora	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(nota 10)	(nota 10)				
Conta corrente	(b)		94.148	96.070		
			94.148	96.070		
Controladora						
Não circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	22.871	27.087			
		22.871	27.087			
Em empréstimos e financiamentos						
Ceos Administradora de bens S.A			513.975	638.479		
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)		278.927	350.951		
Outros				1.586		
			792.902	991.016		
Consolidado						
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)			26		
				26		
Consolidado						
Não circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	8.708	604	66.167		
Conta corrente	(b)	2.435				
		11.143	604	66.167		

- a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- b) Refere-se a contrato de conta corrente entre as empresas do Grupo, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 327.000 subscrito e R\$ 315.804 integralizado (2018 – R\$ 315.804). Está representado por 327.000.000 (idêntico em 2018) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2019	2018
Empresa Nacional de Participações Ltda.	235.440.000	235.440.000
Moval Participações Ltda.	58.860.000	58.860.000
Freccia Engenharia Ltda.	32.700.000	32.700.000
Total	327.000.000	327.000.000

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado da controlada Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda., bem como o efeito da variação cambial da subsidiária no exterior Galvão Participações S.A. – Sucursal del Peru.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

No exercício de 2019 e de 2018 a Companhia não propôs pagamento de Dividendos devido ao prejuízo do exercício.

15 ASPECTOS AMBIENTAIS

A Sociedade e suas controladas consideram que suas atividades de construção estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Sociedade e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

16 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 25.3.2015, a Galvão Engenharia S.A. e a sua controladora Galvão Participações S.A., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), cujo processamento foi deferido por decisão proferida em 27.3.2015.

O pedido de recuperação judicial representou um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pela Companhia e tem por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em decisão proferida em 14.9.2015, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial conjunto da Companhia (“PRJ”), aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em primeira convocação e suspensa, a pedido dos credores, em 19.8.2015, tendo sido retomada e realizada em 28.8.2015.

O PRJ vem sendo cumprido pela Companhia. Dentre as suas obrigações, destacam-se: (i) a efetivação do pagamento dos credores trabalhistas (Classe I), totalizando o valor de R\$ 22.650.657,04; (ii) a criação da CEOS Administradora de Bens S.A. (“CEOS”), sociedade por ações de capital fechado que, na forma da Cláusula 3.6 do PRJ, se tornou titular de certos ativos da Companhia, conforme relação prevista na Cláusula 3.5 do PRJ, e devedora dos credores concursais da recuperanda, por meio de cisão parcial da Companhia, para o fim de (ii.1) garantir a implementação do PRJ, (ii.2) otimizar a gestão dos ativos e passivos da Companhia, proporcionando ganho de sinergias no tocante à administração de bens e à recuperação de créditos da recuperanda e, ainda, (ii.3) segregar os ativos e passivos objeto da Recuperação Judicial das atividades operacionais correntes da recuperanda; (iii) a cisão parcial da Companhia, com versão do passivo concursal e ativos para a CEOS, conforme mencionado no item “ii” acima; (iii) em continuidade ao cumprimento às disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto “Recuperandas”), a CEOS, em 01/09/2016 realizou a emissão das Notas Promissórias e em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial”;

A administração da Companhia vem cumprindo o quanto estabelecido no PRJ e tem a expectativa de solicitar oportunamente o pedido de encerramento do processo de recuperação judicial conforme previstos na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Impacto na continuidade das operações e capacidade financeira

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da carteira de contratos da Companhia (Backlog) era de R\$ 1,962 bilhões, projetados para os próximos cinco anos.

17 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em despacho do dia 03 de março de 2020, o Sr. Juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, declarou cumprido o Plano de Recuperação Judicial e decretou o levantamento da recuperação judicial da Galvão Participações S.A e da Galvão Engenharia S/A – em recuperação judicial, nos termos dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/2005.

* * *

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

Composição do Conselho de Administração

Presidente

Mário de Queiroz Galvão

Conselheiros

José Gilberto de Azevedo Branco Valentim

José Rubens Goulart Pereira

Composição da Diretoria

Diretor Presidente

Mário de Queiroz Galvão

Diretor Vice Presidente Executivo

Eduardo de Queiroz Galvão

Diretor Corporativo

Edison Martins

Diretor Jurídico

Guilherme Ferreira Gomes de Luna

Contador

Claudio Berloff Junior

CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais
